



Revista
Portuguesa de
História
Militar

Ano IV - n.º 7
Dezembro 2024



Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:

O reinado de D. Sebastião,
a “perda de independência” e o período Filipino

INTRODUÇÃO À HISTORIOGRAFIA DA INFANTARIA E ARTILHARIA DE MARINHA EM PORTUGAL NOS FINAIS DO SÉCULO XVI: O TERÇO DA ARMADA REAL DA COROA DE PORTUGAL - I¹.

Fábio Neves Luiz Laurentino

Resumo

Este texto tem por objetivo uma breve identificação e análise de estudos sobre a primeira unidade militar permanente criada em Portugal, que por vicissitudes dos frequentes ataques corsários às naus portuguesas e castelhanas vindas do Brasil, da Índia e do Mediterrâneo, durante os séculos XVI e XVII, recaiu sobre soldados de Infantaria, agora embarcados em navios guerra, este serviço de escolta e proteção. Passaremos pelo enquadramento do Mundo Marítimo português a partir de 1580, o período Filipino e a atuação em combate do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal na guerra de Restauração da Independência, para trazer à luz os escritos sobre os primeiros momentos das forças de Infantaria e Artilharia de Marinha em Portugal e sua relação com a Coroa de Castela.

Palavras-chave: Terço da Armada Real da Coroa de Portugal, Infantaria e Artilharia de Marinha, literatura militar.

Abstract

This text aims at a brief identification and analysis of studies on the first permanent military unit created in Portugal, which due to the vicissitudes of the frequent privateer attacks on Portuguese and Castilian ships coming from Brazil, India and the Mediterranean, during the 16th and 17th centuries, falls on Infantry soldiers, now embarked on warships, this

1 Atendendo à temática específica do presente e próximo número da RevPHM, o presente trabalho encontrar-se-á dividido em duas partes, nesta e na próxima edição. A primeira parte tratará do Mundo Marítimo português durante o século XVI. A segunda parte tratará, efetivamente, do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal até o início do século XVIII.

protection service. We will go through the framework of the Portuguese Maritime World from 1580 onwards, the Philippine period and the combat performance of the Terço da Armada Real da Coroa de Portugal in the war of Restoration of Independence, to bring to light the writings about the first moments of the Infantry and Artillery in the Portuguese Navy and their relationship with the Crown of Castile.

Keywords: Terço da Armada Real da Coroa de Portugal, Marine forces, military literature.

Introdução

O presente texto tem por objetivo fazer um breve levantamento sobre o que se escreveu na historiografia naval portuguesa em relação ao Terço da Armada Real da Coroa de Portugal, Corpo formado por soldados de Infantaria, que, embarcado nas naus portuguesas, exercia na Armada de Guarda Costa (cuja missão determinava proteger as naus vindas do Brasil e da Índia) a função de repelir o inimigo quando do combate aproximado.

Criado em 1621, o Terço da Armada Real da Coroa de Portugal é conhecido como o primeiro Corpo de tropa permanente em Portugal, como se verifica nos primeiros estudos sobre estes soldados, analisado por Manuel Severim de Faria, sendo seu “batalhão de 800 soldados pagos de Verão e Inverno”, isto é, de maneira contínua, por todo ano, de grande importância estratégica no pensamento militar-naval da dinastia Filipina (e portuguesa, após a restauração da Independência) no mar e por terra.

Este primeiro trabalho leva como recorte cronológico os anos de 1621 até 1640, período em que efetivamente a tropa de Infantaria de Marinha portuguesa é criada (1621). No mais, julgamos que um trabalho de investigação deriva da maneira com que ele serve de ponto de partida para estudos subsequentes. Assim, imaginamos que este artigo auxilie, como um ponto de partida para outros trabalhos, cujo objetivo também busque por responder outras perguntas e fazer outros aprofundamentos no que se refere à história institucional das forças de Infantaria e Artilharia de Marinha portuguesa, que acreditamos ser um grande campo, ainda por explorar.

Destacamos as observações do historiador e estrategista naval francês Hervé Coutau-Bégarie² sobre a Coroa de Castela no século XVI, que nos chama atenção para os anos de 1534 até 1536 como um divisor e marca o início dos castelhanos

² COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

como uma potência militar dominante na Europa, a partir de um novo modelo de organização do seu exército: o surgimento do *Tercio*, que marcava o fim da preponderância da cavalaria nos campos de batalha.

Segundo Coutau-Bégarie, também uma grande discussão literária militar segue ao mesmo tempo a esta transformação. Em Castela, Itália, França e Inglaterra - principalmente - surgem tratados sobre regulamento e instrução para os soldados de Infantaria e Artilharia. Na terra e no mar. E, em Portugal, não será diferente. Para o caso português, o historiador Rui Bebiano tem um trabalho de referência sobre a análise do tema e a Europa Moderna³; tratando-se de obras, *O Soldado Prático*⁴, de Diogo do Couto, tem especial destaque.

Em Castela, já nos finais do século XV, quando o uso da Artilharia se mostra definitivamente presente no campo de batalha, já há espaço para a reflexão literária do pensamento militar sobre a Infantaria e a Artilharia.

As reformas pensadas pelo Marquês de Vallena⁵ e Alfonso Hernández de Palencia⁶, sendo finalmente estruturada e levada a cabo por Alonso de Quintanilla (que tinha por objetivo dar a primazia do combate para a Infantaria, a utilização do terreno, a disciplina desenvolvida pelo exercício e pelo estudo, etc.), encontraram na figura de Gonzalo Fernández de Córdoba, *El Gran Capitán*, o utilizador dessas estratégias durante a sua campanha em Itália, no início do século XVI, onde o diferencial da sua vitória se acentuado poder de fogo.

A experiência adquirida nas guerras de Itália faz com que nos anos de 1520 até 1530 aparecesse em Castela grande número de tratados como os de Juan Lopez Palacios Rubios, Diego de Salazar, Diego de Montes, Diego Gracian de Alderete, Geronymo Ximenez de Urrea, Luis Gutierrez de la Veja, Francisco de Valdès, Diego de Alava y Viamont, Martin de Eguiluz, Bernardino de Escalante, Sancho de Londono e outros. Traduções dessas obras para o inglês, francês, alemão e italiano denotam o destaque do pensamento castelhano em voga na Europa. Há também espaço para tratados mais críticos e observadores das falhas deste tipo estratégia, como por exemplo, o trabalho de Marcos de Isaba.

3 BEBIANO, Rui. *A Pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva, 2000.

4 *O Soldado Prático* é um clássico da literatura da Expansão Portuguesa. Apresentada em forma de diálogo, bem característico da prosa hispânica largamente utilizada entre os séculos XVI e XVII. Aliado à herança clássica e humanista, trata-se de um gênero pertinente para a especulação das mais variadas matérias. Tanto nos muitos textos aqui apresentados quanto em *O Soldado Prático*, o diálogo serve para formar e informar os soldados recrutas, próximo também do diálogo ciceroniano, enquanto reflexão didática.

5 QUATREFAGES, René. *La penseé militaire castillane et son influence sur la guerre à laube des Temps modernes*. CONGRESO INTERNACIONAL DE CIENCIAS HISTORICAS, 17., 1990. Madrid. Actas.

6 DURAN BARCELO, Javier. *Alfonso de Palencia: la perfección del triunfo*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1996.

Já na chamada “escola de Flandres”, que segundo Coutau-Bégarie é menos conhecida, mas de grande aplicação, destaca-se a obra de Bernardino de Mendoza, *Theorica y práctica de la guerra* (1577), que aborda todo o desenvolver de uma campanha militar, tanto em terra quanto no mar, enquanto, ao mesmo tempo, propõe uma característica de guerra defensiva.

O mundo marítimo português nos finais do séc. XVI: breve enquadramento.

É a seguir aos acontecimentos de 1580, ligados à sucessão ao trono de Portugal que encontramos os primeiros subsídios para a história dos corpos de Infantaria de Marinha em Portugal e, consequentemente, as origens históricas do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal. Unidas por uma estratégia comum e por estarem sob as mesmas ameaças, durante este período, as operações navais da Coroa de Portugal encontram-se ligadas às da Coroa de Castela, sendo fortemente influenciada não só nas estratégias militares-navais, mas, também, nos tipos de navios de guerra utilizados⁷.

Afirma Alves Salgado, a partir dos conceitos de Jan Glete⁸, que as estratégias navais podem-se dividir em ofensivas e defensivas; as primeiras, caracterizadas com ações dirigidas contra territórios inimigos e as suas linhas de navegação e, as segundas, com operações para proteção de território e linhas de comunicação.

Nas duas situações, implicam organizações, estruturas e meios diferentes. E, durante o período da União Ibérica, Portugal viu-se na necessidade de utilizar ambas as estratégias, muitas vezes em simultâneo, principalmente por imposição da Coroa de Castela⁹.

Até aos anos iniciais do século XVII, as forças navais de Portugal, nomeadamente a Armada das Ilhas e a Armada da Costa, eram empregadas numa estratégia defensiva, na proteção das suas conquistas atlânticas e suas rotas, bem como seus territórios conquistados no Oriente e suas rotas para o Reino. Entretanto, o poder naval luso – incluindo também pessoal e os seus estaleiros – era utilizado pelas forças da Coroa de Castela, em campanhas ofensivas contra potências protestantes do Norte da Europa, como na Campanha dos Açores (1581, 1582 e 1583), a Grande Armada (1588), também chamada Felicíssima Armada ou Invencível Armada (denominação à maneira inglesa), armadas contra a Inglaterra (1596 e 1598) e a campanha contra a Armada da Irlanda (1601)¹⁰.

Com a trégua estabelecida com a Inglaterra e, em seguida, com as províncias

⁷ SALGADO, Augusto Alves. “O Mundo Atlântico Militar no período Filipino”. In *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa, maio 2011. p. 2.

⁸ GLETE, Jan. *Navies and Nations*, Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 1993, vol. I, pp.18-21.

⁹ SALGADO, Augusto Alves. *Op. cit.* pp. 3.

¹⁰ Idem, p. 4.

holandesas rebeldes, nas primeiras décadas do século XVII dá-se na Coroa de Castela uma alteração do paradigma operacional naval, passando-se a seguir uma estratégia defensiva. Embora a *Armada del Mar Oceano* se tivesse mantida, com a implementação desta nova estratégia, a sua concepção estrutural encontrou-se alterada, uma vez que passou a ser composta por pequenas armadas locais – Armada de Portugal, Armada da Galiza, etc. – que somente em caso de necessidade se reuniriam na *Armada del Mar Oceano*¹¹.

Sobre o pessoal empregado, mesmo apesar da existência de alguns números relativos à quantidade de indivíduos de todos os grupos sociais ligados ao mar e às atividades marítimas existentes no reino ou nos territórios ultramarinos, pouco se sabe sobre suas identidades e sobre sua respectiva vida social ou económica¹². No que se refere à chamada “gente de mar” (tripulantes de navios), segundo os estudos de Amélia Polónia¹³, nas décadas finais do século XVI a Coroa de Castela já enfrentava o problema da falta desses elementos para guarnecer os seus navios, recorrendo à contratação de portugueses para suprir as suas necessidades. Em Portugal, neste mesmo período, as principais regiões de recrutamento deste pessoal com experiência encontravam-se no Algarve e nas regiões do Entre-Douro-e-Minho¹⁴.

Quanto aos oficiais, o processo de nomeações para os cargos de chefia nas Armadas de Portugal iniciava-se com a escolha do capitão-mor da armada, um nobre, sendo em seguida escolhidos os restantes capitães, cabendo ao monarca a nomeação deste pessoal, sempre por proposta do Vice-Rei ou dos Governadores.

Sobre os outros oficiais dos navios da Coroa de Portugal em cooperação com outras armadas, apesar de poucas informações pessoais sobre esses oficiais, possivelmente deveria existir uma relação direta com o que era aplicado nos navios da Coroa de Castela.

Observa-se o exemplo da legislação marítima castelhana de 17 de março de 1608, que obrigava cada galeão da Real Armada, sem especificar a origem, a embarcar dois carpinteiros e dois calafates¹⁵ fazendo o paralelo com a gente de guerra, que embarcava sempre nos navios ibéricos.

Observando Portugal, Leonor Freire Costa¹⁶ aponta alguns aspectos sobre o

11 Idem, p. 4.

12 Idem, p. 8.

13 POLÓNIA, Amélia. *Vila do Conde. Um porto nortenho na Expansão Ultramarina Quinhentista*. Tese policopiada, vol. II, Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 406-407.

14 SALGADO, Augusto Alves. *Op. cit.* p. 8.

15 Idem, p. 15.

16 Para saber mais sobre a atividade, situação socioeconómica e presença geográfica destes profissionais nas freguesias da cidade de Lisboa, ver: COSTA, Leonor Freire. “Carpinteiros e calafates da Ribeira das Naus: um olhar sobre Lisboa de Quinhentos”. In *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Número 13, ano 1994.

recrutamento e organização destes carpinteiros e calafates, também chamados de mestres de construção naval. O que gostaríamos de aqui destacar é o uso generalizado, por parte da Coroa, do trabalho requisitado. Foi em defesa de garantir a construção de um grande número de navios na Ribeira de Lisboa, mas também em outros portos e estaleiros da costa portuguesa, que desde 1492¹⁷, um contingente fixo de carpinteiros navais e calafates eram recrutados e permanentemente vinculados à Ribeira de Lisboa, prontos para servirem o monarca na construção das naus. Necessidade semelhante levou à constituição de um corpo de oficiais de construção naval na cidade do Porto, em Vila do Conde e em Azurara, com estatuto semelhante aos de Lisboa, embora os respectivos contingentes não atingissem a escala dos da capital.

A seleção destes profissionais ocorria através de um exame executado pelo Mestre da Ribeira, um de carpintaria e outro de calafetagem, os principais da “hierarquia profissional”. Era permitido a este contingente exercer a sua atividade fora do estaleiro régio, auferindo salários mais elevados, comparativamente aos pagos pela Coroa. Estes profissionais, afinal, encontravam-se sob o recurso do trabalho compulsivo, obrigados a abandonar qualquer empreitada que tivessem em mãos e a dirigirem-se à Ribeira das Naus quando necessário.

Aos restantes nobres embarcados, normalmente com funções apenas militares, era habitual recompensá-los com a atribuição de cargos no Oriente ou no Brasil. Esta prestação de serviço militar no mar acabou por ser formalizada em 1621, com a criação de um corpo de soldados especializados da Coroa de Portugal, o Terço da Armada Real da Coroa de Portugal.

A criação e organização do Terço da Armada Real da coroa de Portugal

Segundo Alves Salgado, esta força nasce com o objetivo de tentar suprir o problema que atingia as duas coroas: a falta de formação e qualidade dos soldados que embarcavam nos navios das armadas¹⁸. Paralelo a isto, esta estrutura militar tinha como característica principal o combate ao corso, garantindo o regresso seguro dos navios das conquistas ultramarinas à metrópole, sendo usados para o combate em situações de abordagem ou para quando a proximidade do inimigo permitia o uso das armas portáteis, fazendo assim, com que a Coroa de Portugal tivesse uma participação mais ativa na política naval da Coroa de Castela.

Ainda sobre os objetivos deste Corpo, complemento, citando Jorge Semedo de Matos, “que os soldados de Infantaria do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal tinham por funções iniciais o combate aproximado em situações

¹⁷ Ano da primeira carta de privilégio que constituiu e fixou o número de carpinteiros navais entre 100 até 300. Esta carta foi confirmada por D. Manuel, em 1498. Neste período já se encontra em torno de 300 carpinteiros.

¹⁸ SALGADO, Augusto Alves. *Op. cit.* p. 16.

de abordagem ou para quando a proximidade do inimigo permitia o uso das armas portáteis. A sua necessidade foi justificada pela intensidade com quem eram atacados os navios portugueses no regresso do Ultramar, mas a sua ação foi solicitada por inúmeras outras vezes”¹⁹.

A data de criação do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal foi tratada por Jorge Semedo de Matos, que avançou algumas novidades sobre a criação e organização desta unidade militar. No artigo que seguimos de perto, o autor repensa, utilizando extensa documentação encontrada em arquivos dos Estados Unidos e Espanha, a data convencionada a partir da análise original de Gastão de Melo Matos²⁰ em 1932, que, por sua vez, fundamenta-se nos escritos de D. Francisco Manuel de Melo²¹.

Segundo Jorge Semedo de Matos, Gastão de Melo Matos equivoca-se ao considerar o ano de criação do referido Terço, ligando-o diretamente à nomeação de D. António de Ataíde, conde da Castanheira e de Castro d'Aire, para o cargo de capitão-general da Armada da Coroa de Portugal, ocorrida em 3 de julho de 1618.

Jorge Semedo de Matos cita Manuel Severim de Faria em Annaes de Portugal como uma fonte contendo outras informações que apontam para a criação em 1621, e corrobora a sua afirmativa a partir da análise de Charles Boxer em artigo publicado no Harvard Library Bulletin, trabalho que contém a descrição de um grande número de documentos impressos e manuscritos sobre a vida de D. António de Ataíde como cartas, planos, relatos de ações navais, pareceres e apontamentos, de importante relevância para a compreensão da história portuguesa deste período a partir da vida militar-naval e política deste personagem.

Em 1618, apesar de D. António de Ataíde ter o parecer favorável do próprio rei, outros problemas não lhe permitiram dar forma a esta unidade militar. Em resumo, apontam essas novas evidências para a data de 18 de abril de 1621, tendo como pano de fundo os acontecimentos da subida ao trono do rei Felipe IV de Espanha (III de Portugal) e o reatar das hostilidades com a Holanda, realizando, verdadeiramente, a ordem para se formar um “batalhão de 800 soldados” portugueses “pagos de Verão e de Inverno” para auxiliar o esforço de guerra espanhol.

Quanto à composição do Corpo, escreve Gastão de Melo Matos ser o Terço da Armada “comparável ao da Infantaria castelhana, em que um Terço tinha

19 MATOS, Jorge Semedo de. *O Terço da Armada Real da Coroa de Portugal (1621). Novas informações sobre a sua criação e organização*. Lisboa: Academia de Marinha, 1999.

20 MATOS, Gastão de Melo. *Subsídios para a história dos corpos de infantaria de marinha em Portugal. Notícias do Terço da Armada Real*. Lisboa: Imprensa da Armada, 1932.

21 MELO, Dom Francisco Manuel de. *Epanáforas de vária história portuguesa*, Introdução e apêndice documental de Joel Serrão. Lisboa: 1977.

normalmente 10 companhias, sem que este número fosse taxativo”. Os seus oficiais superiores eram compostos pelo mestre-de-campo, comandante e o sargento-mor, a quem era responsabilizado pela formação e administração, sendo auxiliado por ajudantes, cujo número variava segundo o efetivo do Terço.

Cada companhia tinha um capitão como comandante, com exceção a uma, comandada pelo mestre-de-campo. Os postos restantes eram preenchidos por “nombramento”, provinham de nomeação feita pelo chefe direto: o capitão nomeava os oficiais da sua companhia, alferes, sargento, cabos de esquadra, furriel tambores, pífanos, etc. Era competência do mestre-de-campo nomear o capelão-mor, o auditor do Terço, o capitão-de-campanha (encarregado da execução da justiça), o tambor-mor, o físico, o cirurgião e o botica.

Corroboro a afirmativa de Gastão de Melo Matos, presente nos parágrafos anteriores, a partir de outra interessante fonte sobre o Terço da Armada, chamada *Frei Mateus de São Francisco (1591-1663)*²², de Francisco Leite de Faria, que contém a perspectiva de observar a participação de religiosos e clérigos nas embarcações da Coroa portuguesa durante os séculos XVI e XVII.

Neste trabalho, dá-se ampla atenção à vida de Frei Mateus de São Francisco e à sua ligação com o Terço da Armada, tendo sido também anexada extensa documentação sobre o mundo marítimo português (com interessantes pormenores sobre o Terço da Armada) deste período. Na sua introdução, explica o autor, por exemplo, que “a triste união com a Espanha, naturalmente, fez com que os Terços portugueses aplicassem os regulamentos espanhóis, onde havia cargos de simples capelão e de capelão-mor”.

Ainda sobre os capelães, por exemplo, explica o autor que as Ordenanças de 24 de janeiro de 1633 para a Armada do Mar Oceano determinavam que os capelães fossem padres seculares, aprovados pelo capelão-mor, e sua obrigação consistia em vigiar pelo cuidado para com os doentes, visitá-los várias vezes por dia e fazer com que não lhes faltassem os sacramentos²³.

Gastão de Melo Matos completa que esta unidade adotava o armamento padrão da Infantaria espanhola do século XVII, tendo em cada companhia grande número de soldados armados com piques e os restantes com mosquetes (no centro dos esquadrões e em número reduzido, devido seu peso e imobilidade) e arcabuzes (distribuído nos flancos dos esquadrões, por ser mais leve), levando ao centro as bandeiras. Como consequência da evolução tecnológica, o mosquete foi-se tornando mais manejável, substituindo o arcabuz nesta composição tática,

22 FARIA, Francisco Leite de. *Frei Mateus de São Francisco (1591-1663). Capelão-mor do Terço da Armada, Administrador Geral dos enfermos do Exército no Alentejo e em Pernambuco, e Bispo eleito de Meliapor, São Tomé e Angola*. Braga: Editorial Franciscana, 1955.

23 *Ordenanças que su Magestad mando hazer em veinte y quatro de henero de mil y seiscientos y treinta y três, para el gouierno de la Armada del mar Oceano*, nos 156 e 217, ff. 21v e 27v-28r.

sobre o qual tinha a vantagem de muito maior alcance²⁴.

Em resumo, é no mundo atlântico, principalmente no Atlântico Sul, que encontramos as primeiras referências para compor um histórico de ações de combate desta força de infantaria embarcada. Empregues nas armadas regulares e de socorro, desde 1624 até os anos da Restauração da Independência, viriam a combater sobretudo na costa brasileira.

É o caso da grande operação que largou de Lisboa em 22 de novembro deste ano, comandada pelo general D. Manuel de Menezes para reconquista da cidade de Salvador ocupada pelos holandeses, a chamada “Jornada dos Vassalos”, passando pelos reencontros com navios holandeses entre 1626 e 1627, as armadas de socorro a Pernambuco em 1632, e ações de escolta à navios provenientes do Brasil e da Índia contra corsários, em 1636. Os nomes de personagens, datas e número de contingente envolvidos nessas operações podem ser encontrados nos trabalhos de Gastão de Melo Matos.

A fim de finalizarmos esta primeira parte, vale observar que também para a historiografia militar brasileira o “batismo de fogo” e muitas das primeiras ações das tropas de Infantaria e Artilharia de Marinha da Coroa de Portugal estão ligadas a costa e ao território brasileiro. O historiador Guilherme de Andrea Frota²⁵ completa afirmando que as ações de expulsão dos estrangeiros durante o período Filipino criara como consequência o Norte e o Nordeste do Brasil verdadeiramente integrado ao território luso e, ao Sul, um intercambio comercial com a bacia do Prata. Por fim, informamos que as fontes e bibliografias utilizadas nesta primeira parte encontrar-se-ão no final da segunda parte deste estudo. Em nosso trabalho que virá a seguir, terá como tema as ações de combate do Terço da Armada da Coroa de Portugal durante os séculos XVII e XVIII, enquadrado no assunto do próximo número desta Revista, as guerras de Restauração da Independência.

24 MATOS, Gastão de Melo. *Op. cit.* p. 12.

25 FROTA, Guilherme de Andrea. Quinhentos anos de História do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX), 2ª Edição, 2020.

FÁBIO NEVES LUIZ LAURENTINO

Nasceu no Rio de Janeiro, em 1989. Mestre em História Militar pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde cursa Doutoramento em História Marítima em associação com a Escola Naval. Desempenhou funções de investigador em História na Editora Laboratório de Ideias junto à Marinha do Brasil, onde publicou livros para a Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, Navio-Escola “Brasil” e Serviço de Assistência Religiosa da Marinha. É membro da Associação Ibérica de História Militar e Amigo do Museu Militar de Sevilha.



Como citar este texto:

LAURENTINO, Fábio Neves Luiz – Introdução à historiografia da infantaria e artilharia de marinha em Portugal nos finais do século XVI: o Terço da Armada Real da coroa de Portugal - Revista Portuguesa de História Militar – Dossier: O reinado de D. Sebastião, a “perda de independência” e o período Filipino. [Em linha] Ano IV, nº 7 (2024); <https://doi.org/10.56092/SMHR5891>